

-----**ACTA NÚMERO 8/2010**-----

**REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DO FUNCHAL,
REALIZADA EM QUATRO DE MARÇO DO ANO DOIS MIL E DEZ.--**

-----Aos quatro dias do mês de Março do ano dois mil e dez, nesta Cidade do Funchal, Edifício dos Paços do Município e Sala de Reuniões, reuniu a Câmara Municipal, pelas dez horas, sob a Presidência do Senhor Presidente Dr. Miguel Filipe Machado de Albuquerque e com a presença dos Senhores Vice-Presidente, Dr. Bruno Miguel Camacho Pereira, e Vereadores: Dra. Rubina Maria Branco Leal Vargas, Dr. Rui Alberto Pereira Caetano, Eng. João José Nascimento Rodrigues, Eng. Henrique Miguel de Figueiredo da Silva da Costa Neves, Dr. Lino Ricardo da Silva Abreu, Dr. Pedro Miguel Amaro de Bettencourt Calado, Dr. Gil da Silva Canha e Dr. Artur Alberto Fernandes de Andrade. Presente como Secretária a Dra. Filomena Fátima Marcos Pita de Fernandes, Directora do Departamento Jurídico.-----

-----Verificado o quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião.-----

AUSÊNCIAS: - Verificou-se não estar presente o Senhor Vereador Dr. Amílcar Magalhães de Lima Gonçalves.-----

-----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ANTERIOR: - Foi dispensada a leitura da acta da reunião anterior a qual, previamente distribuída em minuta aos Senhores Vereadores, foi aprovada por unanimidade.-----

ADITAMENTO À ACTA NÚMERO 4/2010: - Não constou na Acta número quatro/dois mil e dez, relativa à reunião de vinte e oito de Janeiro, a intervenção do munícipe Eduardo Sousa Gonçalves Luis, facto que se deveu ao reencaminhamento imediato da folha de inscrição (nº7), aos serviços camarários competentes (Fiscalização Municipal) a fim do assunto ser urgentemente tratado, motivo pelo qual não foi apresentada à Secção de Actas a respectiva folha de inscrição, originando a omissão desta intervenção.-----

---Nesta conformidade, o assunto apresentado pelo munícipe diz respeito à reclamação contra o Bar “Clube dos Motards” sobre o qual foi dado o seguinte despacho: “À Fiscalização Municipal. 1- Refere que os ruídos continuam; 2- Existe Salão de Jogos; Esplanada existe?; 4- Efectuar medição de ruído.”-----

INTERVENÇÃO DA VEREAÇÃO: - Iniciou-se este período com a intervenção do Senhor Vereador do PS, Rui Caetano, a colocar várias questões que gostaria que fossem esclarecidas, relativamente à recente tragédia ocorrida no dia 20 (vinte) de Fevereiro, a saber:-----

---Quais as perspectivas para os desalojados que estão em casas de família sem realojamento ainda garantido, quer pela Câmara Municipal quer pelo Governo Regional;-----

---Quais as condições de acesso aos apoios destinados aos comerciantes da baixa do Funchal;-----

---Qual a situação das casas clandestinas que foram demolidas;----

---Se a Câmara pretende prorrogar alguns prazos em matéria de urbanismo, nomeadamente para os pedidos e emissão de licenças, pelo facto de ter estado encerrada na semana de 22 (vinte e dois) a 26 (vinte e seis) de Fevereiro;-----

---Se haverá ou não alterações ao Orçamento da Câmara para fazer face às novas despesas emergentes da catástrofe.-----

----- - À primeira questão respondeu a Senhora Vereadora do PSD, Rubina Leal, referindo que face ao número elevado de realojamentos foram definidas prioridades, as quais passam, necessariamente, por realojar, em primeiro lugar, as famílias que se encontram abrigadas nos centros de acolhimento e que os têm de abandonar num curto espaço de tempo. Só depois, e já numa segunda fase, é que serão objecto de tratamento os desalojados que se encontram em casas de família e aqueles que terão que abandonar as suas habitações por falta de condições de habitabilidade.-----

----- - À questão seguinte e à última, respondeu o Senhor vereador do PSD, Pedro Calado, dizendo que a Câmara dispõe actualmente de € 300 000,00 (trezentos mil euros), verbas que foram cedidas directamente ao Município do Funchal, por duas entidades privadas, destinadas exclusivamente ao apoio dos comerciantes afectados pela tragédia. Estas verbas serão distribuídas de acordo com os critérios que vierem a ser definidos pela Câmara em articulação com a ACIF e ACS. Disse que, foi também criada, por uma destas entidades, uma linha de crédito para apoio aos

comerciantes.-----

---Relativamente a outros donativos que existam em contas de Instituições Financeiras, resultantes da manifestação de solidariedade nacional, a Câmara não dispõe de informação de como irão ser canalizadas essas verbas, em virtude das mesmas serem geridas pelas instituições onde se encontram depositadas.---

---A Câmara aguarda também, em matéria de apoios, pelo resultado das negociações que decorrem entre o Governo Regional e o Governo Central e também com a União Europeia.-----

---Relativamente à questão duma eventual alteração Orçamental, esclareceu que, o que irá ser alterado não é o montante orçamentado para a realização de obras públicas, que é de € 2 800 000,00 (dois milhões e oitocentos mil euros), mas sim o Plano Plurianual de Investimentos, ou seja, as verbas orçamentadas serão canalizadas para as obras, cuja execução se reveste de grande urgência face à situação actual.-----

----- - Tomando a palavra o Senhor Vice-Presidente, Bruno Pereira, referiu, a propósito deste assunto, que as obras que serão lançadas visam repor a segurança e operacionalidade na cidade, nomeadamente o tratamento dos pavimentos betuminosos, a reposição de muros de suporte, a colocação de varandins, a reposição de calçadas e do mobiliário urbano, a recuperação das redes de saneamento básico, etc. As demais obras novas, cuja execução estava programada serão adiadas, pois a Câmara centrará a sua atenção, no ano em curso, nas obras referidas, as

quais serão do conhecimento da vereação na próxima reunião deste órgão executivo.-----

----- - Às restantes questões respondeu o senhor vereador do PSD, João Rodrigues, dizendo que relativamente à questão da prorrogação de prazos, a mesma não faz qualquer sentido pois os serviços nesta semana têm desenvolvido o seu trabalho visando colmatar qualquer atraso que se possa ter verificado.-----

---No que concerne às habitações referiu, este Vereador, que tinham sido formadas sete equipas de funcionários os quais foram encarregues de proceder ao levantamento de todas as habitações demolidas bem como de vistoriar todas as habitações afectadas pela intempérie. Só após a conclusão das vistorias, trabalho que se encontra em fase de conclusões, é que serão tomadas as decisões adequadas, muito embora possa já ser referido que, só haverá reconstrução onde esta seja possível e no cumprimento das normas regulamentares em vigor.-----

----- - Intervindo, o Senhor Vereador do CDS/PP, Lino Abreu, propôs um Voto de Pesar pelos munícipes que pereceram no pretérito dia 20 (vinte) de Fevereiro, manifestando solidariedade a todos aqueles que perderam os seus entes queridos.-----

---Este Voto de Pesar foi aprovado, por unanimidade.-----

-----Continuando, manifestou a sua preocupação com os problemas sociais derivados da catástrofe, mormente no que respeita à falta de habitação de muitas famílias, assim como daquelas que vivem em casas afectadas sem meios para as

recuperarem. Em sua opinião, esta é a altura certa para a ASA, entidade vocacionada para a resolução destes problemas, ser dotada dos meios financeiros adequados no sentido de pôr cobro a estes problemas.-----

----- - O Senhor Vice-Presidente, Bruno Pereira, referiu a propósito deste assunto que, como era do conhecimento público, a ASA e a ADECOM receberam donativos resultantes de várias manifestações de solidariedade nacional, as quais serão as responsáveis pela gestão dessas mesmas verbas. No entanto, face à dimensão dos trabalhos que têm que ser desenvolvidos por estas associações, foi decidido reforçar os seus quadros, com gestores e outros técnicos provenientes do Instituto do Emprego, para que o trabalho que venha a ser desenvolvido seja dotado de rigor, transparência e imparcialidade. -----

-----Intervindo novamente, aquele Vereador referiu que fora levado ao seu conhecimento um pedido de redução de rendas fundamentado nas consequências do temporal, situação que merece, previamente à tomada de qualquer decisão, duma definição de critérios objectivos por forma a evitar-se possíveis situações abusivas.-----

----- - O Senhor Presidente interveio dizendo, a propósito deste assunto, que era necessário um pouco mais de tempo para uma análise sobre o impacto financeiro desta proposta e de outras semelhantes na gestão autárquica.-----

-----Prosseguindo na sua intervenção, o Senhor Vereador do

CDS/PP, Lino Abreu, questionou se não era esta a altura adequada para a outorga de contratos-programa com o Governo Regional visando a colaboração financeira daquela entidade regional na execução das obras que a Câmara terá de realizar de imediato.-----

----- - O Senhor Vice-Presidente, Bruno Pereira, pronunciou-se relativamente a esta questão esclarecendo que, face à actual conjuntura, só depois de serem definidas as comparticipações da União Europeia, do Governo da República e do Governo Regional é que poderá ser equacionada essa possibilidade.-----

-----Terminando a sua intervenção o Senhor Vereador Lino Abreu colocou as seguintes propostas de deliberação, as quais têm como objectivo minimizar os prejuízos causados pelo temporal junto das famílias atingidas no concelho do Funchal, nomeadamente: “Isenção do Imposto IMI, durante o ano 2010, a todo o munícipe que foi atingido com danos materiais na sua habitação permanente”; “Ajuda financeira a determinar de acordo com os prejuízos verificados em cada uma das habitações, que foram danificadas ou destruídas parcialmente” e “Redução a 100% durante o ano de 2010, de toda e qualquer taxa de publicidade, no que toca a reclames luminosos, toldos, esplanadas, etc. apenas aos empresários lesados com o temporal”.-----

---Estas propostas serão discutidas na próxima reunião.-----

----- - De seguida interveio o Senhor Vereador do PND, Gil Canha, dizendo que pôde observar, desde a primeira hora, o empenho e actuação de alguns vereadores do PSD na ajuda e apoio aos

cidadãos vítimas da catástrofe. Do que não gostou foi da não realização da reunião camarária da passada quinta-feira, facto que impediu que os demais vereadores da oposição pudessem dar o seu contributo e colaboração, auxílio que poderia, em alguns casos, revelar-se muito valioso, pelo que manifesta expressamente a sua revolta e indignação pela atitude do executivo PSD, nomeadamente da atitude indescritível do Senhor Presidente da Câmara, qual Capitão de navio, que no meio da tempestade mandou parte dos seus oficiais para o porão, para o meio dos ratos, e só os mandou subir para a coberta quando amainou a tormenta.-----

-----Continuando a sua intervenção, disse ter ficado preocupado com a ideia veiculada pelo Senhor Secretário Regional, Santos Costa, de aproveitar o entulho deitado junto à orla costeira para aumentar a cidade e futuramente urbanizar aquela zona pois a concretização desta ideia acarretará, obrigatoriamente, o dispêndio de avultados custos para o erário público e, inclusivamente, potenciará futuros problemas ambientais de que pode ser exemplo o assoreamento da baía do Funchal.-----

-----Terminando, apresentou duas Propostas de Resolução no sentido de ser criada uma Comissão de Inquérito para determinação das causas dos eventos e danos que tiveram lugar na cidade do Funchal, bem como da criação de um Gabinete de Reconstrução (multidisciplinar). -----

---Estas propostas serão discutidas na próxima reunião.-----

----- - Usando a palavra, o Senhor Vereador Artur Andrade, da

CDU, começou por realçar a colaboração de várias entidades na recuperação da cidade do Funchal, logo de imediato à ocorrência da intempérie dizendo que gostaria de relevar, em particular, o pessoal dos serviços da Câmara Municipal do Funchal, cujo desempenho foi exemplar. -----

-----De seguida enumerou dois assuntos que o preocupavam e para os quais solicitava a intervenção imediata da Câmara:-----

---Falta de água na zona alta da Barreira, do Trapiche e do Boliquireme, e falta de transporte público no sítio do Curral Velho.--

----- - O senhor Vice-Presidente, Bruno Pereira, esclareceu que o serviço de transporte público para este local tinha sido restabelecido ontem, pelas treze horas. Relativamente à outra questão disse que a Câmara, de imediato, tomaria as providências adequadas.-----

-----Prosseguindo, aquele Vereador disse querer alertar a Câmara para a adopção duma postura reivindicativa junto dos grupos parlamentares da Assembleia da República, no sentido dos apoios para a recuperação da cidade do Funchal serem canalizados directamente para o Município do Funchal, pois o dinheiro deve ser entregue à entidade que o vai aplicar efectivamente evitando-se, se assim não for, a necessidade de eventuais negociações e outorgas de contratos-programa que gerarão dificuldades operacionais.-----

-----Terminando a sua intervenção abordou mais dois assuntos que, em sua opinião, deveriam ser objecto de reflexão por parte da Câmara:-----

---O primeiro assunto diz respeito à possibilidade de uma candidatura à UNESCO por parte da Câmara para a recuperação do Centro histórico que foi parcialmente atingido pela catástrofe;---

---O último assunto é relativo às futuras isenções e compensações a atribuir pela Câmara como forma de minimizar os efeitos da catástrofe. Em sua opinião, esta questão merece uma abordagem séria e objectiva pois a concessão de qualquer isenção ou compensação só pelo período duma semana pode não corresponder à realidade dos prejuízos uma vez que, as lojas ou espaços comerciais podem estar operacionais mas os espaços envolventes não, o que condiciona, sem margem para dúvidas, o normal desempenho das actividades localizadas em áreas afectadas. A Câmara deveria, por esta razão, adoptar critérios mais flexíveis para obviar a verificação de situações de injustiça.-----

----- - Tomando a palavra, o Senhor Presidente disse querer fazer o ponto da situação relativamente à questão da retenção das verbas do IRS, relativas aos anos de 2009 (dois mil e nove) e 2010 (dois mil e dez), situação que, dada a sua gravidade, está a provocar sérias dificuldades à gestão municipal. Referiu que as reuniões havidas com os grupos parlamentares, junto da Assembleia da República correram bem tendo sido sugerido, por um destes grupos, a apresentação duma alteração orçamental.-----

----Informou que o Município do Funchal interpôs uma acção judicial com vista ao pagamento por parte do Estado das verbas do IRS, relativas ao ano de 2009 (dois mil e nove).-----

Assuntos Diversos: - Foram apreciados e votados os assuntos seguintes, que não foram incluídos na Ordem do Dia.-----

INTEMPÉRIE QUE ASSOLOU O CONCELHO DO FUNCHAL –

Proposta de Alteração da Tabela de Taxas de Urbanização e

Edificação do Funchal: - Submetida pelo Senhor Vereador João

Rodrigues, do PSD, a Câmara aprovou, por unanimidade, a

seguinte proposta, a remeter à próxima Assembleia Municipal:-----

---“Considerando o temporal que assolou a Região Autónoma da Madeira, em especial, o Concelho do Funchal, no passado dia 20 de Fevereiro, que provocou graves e elevados prejuízos materiais; Considerando que a reparação dos volumosos estragos ocorridos é indispensável para a reposição da normalidade das condições de vida nas zonas atingidas, em especial os que afectaram as habitações de diversos agregados familiares; Considerando que a tarefa da reconstrução também tem uma componente fundamental da iniciativa dos afectados, devendo ser acarinhada e facilitada pelos poderes públicos, atendendo ao interesse social inquestionável da mesma. Considerando a alínea b) do n.º 4; alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º e a alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º do Regime Jurídico de Funcionamento dos Órgãos Municipais, constante da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; Proponho que a Câmara delibere, para posterior aprovação da Assembleia Municipal: I. Dispensar a apresentação da caução para garantia de danos causados no património municipal, prevista no artigo 44.º do Regulamento

Municipal e Tabela de Taxas de Urbanização e Edificação do Funchal, nas obras de recuperação e reconstrução ou criação de novas edificações, em consequência dos danos que tenham sido provocados pela tempestade ocorrida a 20 de Fevereiro de 2010; II. Isentar do pagamento da taxa prevista no artigo 43º do Regulamento Municipal e Tabela de Taxas da Urbanização e Edificação do Funchal, os actos e operações de natureza administrativa a praticar no âmbito dessas operações de recuperação e reconstrução ou criação de novas edificações, em consequência dos danos que tenham sido provocados pela tempestade ocorrida a 20 de Fevereiro de 2010; III. Aditar ao artigo 13º do Regulamento Municipal e Tabela de Taxas da Urbanização e Edificação do Funchal, dois novos números, com a seguinte redacção: “10. A recuperação e reconstrução ou criação de novas edificações, em consequência dos danos que tenham sido provocados pela tempestade ocorrida a 20 de Fevereiro de 2010, poderá ser isenta da totalidade do pagamento das taxas das licenças, comunicações prévias ou autorizações a emitir para a obra, incluindo as de ocupação da via pública por motivo dessas obras. 11. Para beneficiar da isenção estabelecida no número anterior, deve o requerente juntar a documentação comprovativa do estado ou situação em que se encontre o prédio a intervir, fundamentando devidamente o pedido, podendo a mesma ser concedida após confirmação pelos serviços camarários”.-----
---Nesta altura, o Senhor Presidente ausentou-se da sala,

passando a presidir a reunião o Senhor Vice-Presidente, Bruno Pereira.-----

RUAS COM TECIDO COMERCIAL AFECTADO PELO TEMPORAL: -

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o mapa das zonas abrangidas pelo temporal de vinte de Fevereiro, bem como a lista de identificação das ruas com tecido comercial afectado, seguidamente discriminadas, dando conhecimento ao IDERAM:----

---“Avenida Arriaga – Parcialmente; Avenida do Mar e das Comunidades Madeirenses; Calçada de São Lourenço; Largo da Feira; Largo do Pelourinho; Largo do Phelps; Largo dos Lavradores; Largo Jaime Moniz; Rampa do Cidrão; Rua 31 de Janeiro; Rua 5 de Outubro – Parcialmente; Rua Bela de São Tiago; Rua Brigadeiro Oudinot; Rua Câmara Pestana; Rua da Boa Viagem; Rua da Casa da Luz; Rua da Figueira Preta; Rua da Ponte de São Lázaro – Parcialmente; Rua da Infância; Rua da Praia; Rua das Hortas; Rua de Santa Maria; Rua Direita; Rua do Arcipreste – Parcialmente; Rua do Carmo – Parcialmente; Rua do Esmeraldo – Parcialmente; Rua do Hospital Velho; Rua do Portão de São Tiago; Rua do Ribeirinho de Baixo; Rua do Seminário; Rua Dom Carlos I; Rua dos Barreiros (Santa Maria Maior); Rua dos Tanoeiros; Rua Dr. Brito Câmara; Rua Dr. Fernão de Ornelas; Rua Dr. Juvenal; Rua João de Deus – Parcialmente; Rua Latino Coelho; Rua Mary Jane Wilson; Rua do Ornelas; Rua Visconde do Anadia; Travessa da Amoreira; Travessa da Infância; Travessa da Malta; Travessa de João Ribeiro e Travessa dos Varadouros”.-----

---Foi aprovada a acta em minuta na parte respeitante a esta deliberação para produzir efeitos imediatos.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----Iniciou-se a apreciação dos assuntos constantes da ordem do dia e pela sequência nela prevista:-----

1 – IMPACTOS DA TRAGÉDIA NO CONCELHO DO FUNCHAL E MEDIDAS DE INTERVENÇÃO:

- O Senhor Vereador Artur Andrade, da CDU, apresentou uma proposta cujo teor se transcreve:-----

---“A intempérie que se abateu sobre a RAM e, em especial, sobre o concelho do Funchal, tornou evidentes, nuns casos, e revelou, noutros, as fragilidades, deficiências, mesmos erros e negligência na construção e crescimento da cidade. A situação impõe medidas extraordinárias que permitam responder, no imediato, aos danos e prejuízos resultantes da intempérie, acudir as populações, reactivar a actividade económica e reconstruir infra-estruturas. Neste sentido, a CDU apresenta um conjunto de propostas, que passamos a discriminar: 1 – Um programa especial de realojamento das famílias desalojadas, incluindo as famílias que transitoriamente abrigaram-se em casas de familiares; 2 – Um plano de reconstrução das casas destruídas e recuperação das que estão degradadas, devendo a CMF, para o efeito, isentar de pagamentos as respectivas licenças e fornecer, gratuitamente, os respectivos projectos e materiais de construção; 3 – Transitoriamente, face à natural morosidade de recuperação da rede de saneamento básico, a CMF deverá promover, apoiar e

construir fossas colectivas e individuais; 4 – A canalização de apoios económicos às famílias que perderam os seus bens. 5 – No que respeita à actividade económica, para além dos apoios já anunciados para as pequenas e médias empresas e, nomeadamente, para o Comércio, a CDU defende a isenção de pagamento de todas as taxas e licenças necessárias à reactivação das empresas, bem como um período de carência de 6 meses das taxas pagas pelas empresas atingidas pelo temporal. Na concretização destas medidas, a CDU considera ser fundamental um levantamento exaustivo dos danos e prejuízos das famílias e empresas, e a definição de critérios claros e mecanismos rigorosos de monitorização e controlo da aplicação das verbas destinadas a ocorrer às consequências da intempérie. Para além das medidas imediatas, a CDU defende igualmente um conjunto de propostas destinadas a salvaguardar o potencial de riscos para o futuro em situações que se possam repetir, idênticas às ocorridas no passado dia 20 de Fevereiro. Destacamos, em particular: - a adopção de um plano especial de integração, recuperação, reabilitação urbanística e legalização das Zonas Altas e Super Altas do concelho do Funchal; - a avaliação das condições das ribeiras da cidade do Funchal, nomeadamente no que respeita às construções e actividades desenvolvidas a montante; - a fiscalização das condições de segurança ambiental da actividade das pedreiras no concelho do Funchal, prioritariamente das que laboram em e junto às ribeiras; - a tomada de medidas para a recuperação das

margens e zonas de cheia das ribeiras, bem como com a reposição normal do leito das ribeiras e outros cursos de água de menores dimensões, evitando os seus estrangulamentos e estreitamento. A batalha da reconstrução imporá medidas de excepção na actividade da CMF, numa disponibilidade com todas as instituições e organismos, mas também numa postura reivindicativa perante os governos da República e da Região, na defesa intransigente da cidade e dos seus munícipes”.

---Colocada à votação, a Câmara deliberou, com os votos a favor do PS, CDS/PP e abstenção do PND, rejeitar a proposta com os votos contra do PSD, não por discordar do seu conteúdo mas porque todas as preocupações nela enumeradas, sem excepção, serem as preocupações da Câmara e às quais já está a ser dada resposta. E mesmo, relativamente àquelas sobre as quais não detém jurisdição, está a prestar todo o apoio e colaboração às entidades competentes.

URBANISMO:

-----**2.1 – Obras Particulares:** - Relativamente ao processo do Centro de Apoio à Deficiência Motora – Ligação Rodoviária do Beco da Penha de França à Rua da Levada de Santa Luzia, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a solução proposta pela Secretaria Regional do Equipamento Social (ref^a. 6516/10), emitindo parecer positivo.

----- - (O processo da Policia de Segurança (proc^o 6334/07), agendado sob o número 58, foi retirado).

3 - ACIDENTES NA VIA PÚBLICA/INDEMNIZAÇÕES: -

Relativamente aos pedidos de indemnização abaixo descritos, a Câmara tomou, por unanimidade, as deliberações como para cada um se indica:-----

----- - Roberto Gonçalo Brazão Figueira (S/2312/10) – pedido de indemnização por danos causados na sua viatura (90-FF-73) na Rotunda do Infante: 1. Aprovado. Proceda-se à indemnização. 2. Ao Departamento Jurídico para providenciar no sentido do Município ser ressarcido do pagamento. -----

----- - Loja do Condomínio (regº 47137/09) – pedido de indemnização pelos danos causados na garagem do edifício “Villas Palmeira”, situado no Caminho do Ribeirinho, Santo António: - Aprovado o pagamento da indemnização.-----

----- - Maria Gorete de Freitas Catanho Nóbrega (regº 1123/10) – pedido de indemnização por danos causados na sua viatura (89-11-SH) devido ao acidente da mesma no Caminho do Palheiro motivado pelo levantamento de uma tampa de esgotos: - Aprovado nos termos do parecer do Departamento Jurídico (refª 37/DJ/2010).-----

4 - DIVERSOS:-----

----- - **Apoios financeiros – prorrogação:** - A Câmara aprovou, por maioria, com a abstenção do PND, a proposta que abaixo se transcreve:-----

---“Considerando que: A Câmara Municipal deliberou, ao abrigo das alíneas a) e b), do nº 4 do artigo 64º, da Lei nº 169/99, de 18

de Setembro, na redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, atribuir, para o ano de 2009, diversos apoios financeiros, a pessoas colectivas que prosseguem escopos e actividades de reconhecido e relevante interesse municipal nos domínios social, cultural e desportivo. Das verbas aprovadas, ficaram por atribuir os montantes discriminados no Anexo I à presente deliberação. Propõe-se a prorrogação do prazo de atribuição dos apoios financeiros constantes no anexo I, para as actividades desenvolvidas no ano de 2009, até 31 de Dezembro de 2010, mantendo-se as restantes condições de atribuição dos mesmos. A transição de verbas autorizada pela presente deliberação tem cabimento na rubrica orçamental 04.07.01.-----

---**ANEXO I** - Instituições sem fins lucrativos/área social: -
ABRAÇO – Associação de Apoio a Pessoas com VIH/Sida - € 2.500,00 (dois mil e quinhentos euros); ASA – Associação de Desenvolvimento de Santo António - € 50.000,00 (cinquenta mil euros); Associação Anti-Alcoólica da Madeira - € 2.500,00 (dois mil e quinhentos euros); Associação de Bombeiros Voluntários Madeirenses - € 25.000,00 (vinte cinco mil euros); Associação Sócio-Cultural da Fonte - € 1.500,00 (mil e quinhentos euros); Fábrica da Igreja Paroquial de São Roque - € 10.000,00 (dez mil euros); Recreio Musical União da Mocidade - € 7.500,00 (sete mil e quinhentos euros). TOTAL: € 99.000,00 (noventa e nove mil euros).
Entidades Culturais – APEL – Associação Promotora Ensino Livre - € 7.000,00 (sete mil euros); Coro Catedral do Funchal - € 2.500,00

(dois mil e quinhentos euros); Orfeão Madeirense - € 2.500,00 (dois mil e quinhentos euros); Porta 33 - € 6.000,00 (seis mil euros).
TOTAL: € 18.000,00 (dezoito mil euros). Entidades Desportivas/Clubes – Associação Cristã da Mocidade da Madeira - € 6.000,00 (seis mil euros); Associação de Basquete da Madeira - € 4.000,00 (quatro mil euros); Associação de Desportos da Madeira - € 8.000,00 (oito mil euros); Associação de Ginástica da Madeira - € 20.000,00 (vinte mil euros); Associação de Jet Ski - € 1.500,00 (mil e quinhentos euros); Associação de Karaté da Madeira - € 6.000,00 (seis mil euros); Associação de Tênis de Mesa da Madeira - € 5.000,00 (cinco mil euros); Associação Regional de Canoagem - € 6.000,00 (seis mil euros); Associação Regional de Vela - € 6.000,00 (seis mil euros); Choupana Futebol Clube - € 5.000,00 (cinco mil euros); Clube de Futebol Carvalheiro - € 5.000,00 (cinco mil euros); Juventude Atlântico Clube - € 8.000,00 (oito mil euros). TOTAL: € 80.500,00 (oitenta mil e quinhentos euros). Entidades Municipais – ADECOM - € 47.000,00 (quarenta e sete mil e quinhentos euros); Centro Cultural e Desportivo da CMF - € 10.000,00 (dez mil euros). TOTAL: € 57.000,00 (cinquenta e sete mil euros) – TOTAL GERAL - € 254.500,00 (duzentos e cinquenta e quatro mil e quinhentos euros)”.-----

----- - **Concurso Limitado por Prévia Qualificação (nº 1/2010) para a Prestação de Serviços de Elaboração do Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil do Funchal – Esclarecimentos e rectificação das peças do concurso:** - A

Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, os esclarecimentos e as rectificações das peças do concurso (nº 1/2010) para a Prestação de Serviços de Elaboração do Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil do Funchal.-----

ENCERRAMENTO: - Nada mais havendo a tratar, o Senhor Vice-Presidente deu por encerrada a reunião pelas treze horas.-----

De tudo para constar se lavrou a presente acta que eu, Directora do Departamento Jurídico na qualidade de Secretária, a redigi e subscrevo.-----

NOTA: Acta publicada nos locais de estilo, através do Edital nº 81/2010